economia

INSS vai devolver descontos com correção da inflação

Órgão notificou mais de 9 milhões de aposentados e pensionistas

/ PREVIDÊNCIA

O Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) informou que vai devolver os descontos de associações e sindicatos com correção monetária pela inflação. Segundo o órgão, os valores serão restituídos por meio de pagamento de Guia de Recolhimento da União (GRU) e será considerado o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

Os pedidos de reembolso começam a ser feitos hoje pelo site ou aplicativo oficial Meu INSS e pelo telefone, na Central 135. O Meu INSS enfrentou instabilidade ontem, com relatos de pessoas que não estão conseguindo acessar o sistema para verificar o aviso que foi enviado pelo órgão a 9,4 milhões de aposentados e pensionistas com desconto em seus benefícios.

O governo vai devolver as mensalidades descontadas indevidamente entre março de 2020 e março de 2025, respeitando o prazo legal de prescrição, que prevê a restituição de valores dos cinco anos anteriores. Aposentadorias e pensões concedidas há mais tempo também terão direito, se ficar comprovado que o beneficiário não tinha autorizado a adesão à entidade associativa.

O índice acumulado do IPCA entre março de 2020 e março de 2025 é de 35,5%, segundo calculadora do Banco Central. Se um aposentado tiver direito ao reembolso de R$ 1.000, por exemplo, o pagamento subiria para R$ 1.355,60 com a correção monetária. Ainda não foi divulgado o percentual exato que será aplicado pelo órgão.

A devolução não será automática. No pedido de reembolso, o beneficiário vai informar ao governo que não reconhece a adesão ao sindicato e à associação que aparecer no sistema. A partir daí, o INSS vai abrir um procedimento para que as instituições enviem a documentação que possa comprovar o vínculo. As entidades terão até 15 dias para analisar e dar a resposta.

Se ficar confirmado que não houve autorização formal, ele receberá o reembolso.

Como pedir o reembolso a partir de hoje

- Entre no aplicativo Meu INSS
- Informe seu CPF e senha
- Siga para "Do que você precisa?"
- Digite: "Consultar descontos de entidades"
- Caso tenha descontos, marque se foram ou não autorizados
- Informe email e telefone para contato
- Declare se os dados são verdadeiros
- Confirme no botão "Enviar Declarações"

** Para evitar cair em golpes, o aposentado não deve passar dados pessoais se receber ligações telefônicas nem acessar links enviados por WhatsApp, email ou SMS, pois o INSS não entrará em contato.*
*** Aposentados e pensionistas com dúvidas ou com dificuldade de acessar o aplicativo podem ligar na central de teleatendimento 135, que funciona de segunda-feira a sábado, das 7h às 22h.*

FABIO RODRIGUES-POZZEBOM/ AGÊNCIA BRASIL

Pedidos de reembolso começam a ser feitos hoje pelo site ou app

Correios divulgam plano para cortar R$ 1,5 bi em despesas

/ CORREIOS

Após registrar prejuízo de R$ 2,59 bilhões no ano passado, os Correios anunciaram um plano para reduzir despesas em R$ 1,5 bilhão em 2025. Para isso, criou um Programa de Desligamento Voluntário (PDV) e determinou que todos os funcionários devem retornar ao trabalho presencial a partir de 23 de junho.

O resultado do ano passado é quatro vezes pior que o de 2023, quando a companhia já estava no vermelho, com prejuízo de R$ 633,5 milhões.

Em nota, a empresa atribui parte dos resultados negativos à "taxa das blusinhas": "A frustração de receita observada em 2024 decorre exclusivamente dos efeitos do novo marco regulatório das compras internacionais - uma demanda do varejo nacional que teve impacto positivo para o setor, mas negativo para os Correios".

Em 2024, o Congresso aprovou o fim de uma isenção de impostos de importação para valores de até US$ 50, em uma discussão que ficou conhecida popularmente como "taxa das blusinhas". Para produtos acima desse patamar e de até US$ 3.000 o tributo federal é de 60%, com redução de US$ 20 no imposto a pagar.

A receita da empresa, no entanto, não explica completamente o resultado final. Houve queda de apenas 1,7% em relação a 2023 (de R$ 19,2 bilhões para R$ 18,9 bilhões).

O texto dos Correios também cita "despesas judiciais herdadas de gestões anteriores". De acordo com o balanço, aumentaram tanto despesas operacionais como financeiras.

Os gastos com precatórios e requisição de pequenos valores também subiram, principalmente por conta de "ações de natureza trabalhista com decisões desfavoráveis".

As despesas financeiras cresceram por uma revisão dos juros incidentes sobre o plano de para acabar com o déficit.

No balanço, são listadas outras medidas para "reduzir os prejuízos acumulados", como um acordo com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) que pode gerar um crédito tributário de R$ 638 milhões e a reforma tributária (segundo o texto, a empresa vai deixar de pagar PIS e Cofins e não precisará pagar o novo imposto, o CBS).

Entre as medidas anunciadas como parte do plano para economizar dinheiro, além do PDV e do fim do trabalho remoto, estão um incentivo à redução de jornada com redução de pagamento, suspensão temporária de férias, um novo formato de plano de saúde e uma revisão da estrutura da sede com a qual se espera cortar pelo menos 20% do orçamento de funções. A piora do resultado dos Correios aconteceu em um ano em que a remuneração do pessoal chave da administração subiu 4,8% -o total chegou a R$ 6,27 milhões.